

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de transcorrido um período de quase dois anos, em que me dediquei ao estudo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Odinéa Leite Caminha, descobri, no mergulho de seu cotidiano, que a sua história se constrói no dia-a-dia mediante cada gesto, linguagem, fala, ação, ou seja, de cada momento vivenciado pelos seus partícipes, numa relação dialógica de medo e ousadia, de coragem e covardia, de aceitação e discriminação, de razão e emoção, de determinação e dúvida, de liberdade e aprisionamento, de sucessos e retrocessos, enfim, de certezas e incertezas pelo que pode ocorrer no dia ou no minuto seguinte.

Os dados obtidos, por meio desta pesquisa, refletem uma esperança, mas também uma preocupação de todos os segmentos da escola quanto ao processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais no município de Tucuruí. Por outro lado, vislumbram a perspectiva de valorização de uma experiência educacional vivenciada diariamente por uma equipe que, acreditando no direito à educação para todos, procura empreender uma luta sustentada pela política de educação inclusiva sem perder de vista as necessidades de mudança no processo e as fragilidades na implantação das ações emergenciais. As sugestões e críticas, apontadas pelos profissionais que desempenham suas atividades na escola, foram significativas para a construção de novos conceitos educacionais, capazes de ressignificar as ações que deverão nortear a percepção e o processo de inclusão no município.

O ponto de partida da investigação *A Inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais no Processo Educativo Escolar*: uma experiência inversa possibilitou uma percepção mais detalhada sobre o sistema educacional do município de Tucuruí identificando seus avanços e retrocessos. Além disso, confirmou a existência de ações educacionais individualizadas, a disparidade na igualdade de atenção às diversidades e na formação continuada, bem como a falta de conhecimento sobre o processo de inclusão, que já se arrasta desde 1994.

A abertura da escola especial para atendimento dos alunos do ensino regular foi, sem dúvida, uma ação positiva, porém configura-se como um processo isolado em que o trabalho se desenvolve muito mais pelas crianças com

necessidades educacionais especiais (rejeitadas pelo ensino regular) do que pela expansão do processo configurado como um direito constitucional, uma vez que o incentivo e o reconhecimento do trabalho, por parte das autoridades educacionais do município, é tão insignificante que não propicia a abertura de novas experiências.

Apesar da existência de uma equipe de inclusão, que funciona na Secretaria Municipal de Educação, ainda é possível observar, nas diferentes escolas, em que o processo de inclusão foi implantado, um desconhecimento ou pseudo-desconhecimento sobre o assunto e a idéia de que, para o diferente, precisa haver também uma escola diferente. Esse pseudo-desconhecimento é facilmente perceptível no momento em que a escola não assume, de fato, em seu quadro docente/discente, alunos e professores que trabalham com o processo de inclusão, sempre atribuindo à equipe de inclusão toda a responsabilidade do trabalho. Em contrapartida, essa equipe, ao tomar para si a responsabilidade do trabalho, contribui para a intensificação dessa percepção.

Outro fato relevante, é que apesar do esforço da equipe de profissionais que atua na Escola Odinéa, mesmo considerando o tempo (15 anos) em que a escola vem desenvolvendo um trabalho integrado, atendendo a alunos com necessidades educacionais especiais e alunos do ensino regular no mesmo espaço escolar e oferecendo diferentes alternativas de trabalho, ainda é possível perceber que essa ação só é executada, de acordo com os critérios estabelecidos pelo processo de inclusão, na própria Escola Odinéa. Nas demais unidades de ensino, onde o processo foi implantado, é difícil perceber um nível de aceitabilidade do diferente como um processo natural. O que se percebe, na maioria dos casos, é uma aceitação disfarçada, com características de obrigatoriedade. Raros foram os casos em que, na unidade escolar, os setores administrativos e pedagógicos sabiam informar, com precisão, quantos alunos inclusos existiam em seu quadro discente e a que categorias pertenciam. Em geral eles informavam que os responsáveis pelo trabalho eram os integrantes da equipe de inclusão.

Diante de tal situação, reporto-me às preocupações evidenciadas por Mazzota (2005) ao recomendar o cuidado com a implantação do processo de inclusão de modo a evitar o seu retrocesso e conseqüentemente causar fracasso. Incluir não significa apenas juntar alunos. Incluir é um processo mais amplo, mais intenso em que o aluno não pode apenas estar junto, mas que seja um elemento

integrante do grupo influenciando e sendo influenciado por ele. A meu ver, a Escola Odinéa cumpriu parte de seu objetivo ao expandir o atendimento aos alunos do ensino regular, porém ainda está longe de conseguir a sua plenitude que é servir de modelo para que outras escolas assumam a inclusão de forma consciente e responsável. Apesar de todo o trabalho desenvolvido na e pela escola, é possível perceber, nas atitudes dos profissionais que atuam no ensino regular, mesmo nas unidades de ensino que aderiram ao processo de inclusão, atitudes discriminatórias e descrédito na capacidade de produção dos alunos com necessidades educacionais especiais. Essa é, sem dúvida, uma luta intensa, pois requer mudança de conceitos, de valores, de percepção e aceitação do outro, coisas que não acontecem abruptamente, mas dependem de uma longa jornada de sensibilização e persistência. Mudar é um ato profundo que exige uma ressignificação de vida.

Ao analisar os objetivos traçados para esta pesquisa, observei que o principal motivo que levou os diferentes segmentos que constituíam naquela época a escola especial para que se transformasse em escola de educação inclusiva foi, sem dúvida, os inúmeros insucessos ocasionados pela tentativa de integrar/incluir alunos da unidade de educação especial ao ensino regular, no qual eram alijados, ignorados em salas, com poucas oportunidades de se desenvolverem. A rotulação tornou-se um carimbo de exclusão, o que impedia os alunos que frequentavam a escola especial, de participarem do processo educativo, junto com seus colegas do ensino regular. Essas inquietações serviram de sustentação para que o processo de inclusão, de forma inversa, se instalasse progressivamente na Escola Odinéa.

Na investigação sobre a forma em que o processo de inclusão ocorreu e como os diferentes segmentos reagiram à nova proposta de trabalho, o que foi possível detectar, se relaciona muito mais com a reação dos pais desses alunos que adentraram a escola especial do que dos próprios alunos especiais ou de seus familiares.

Nas entrevistas realizadas, foi possível perceber que em virtude do processo ter sido iniciado com duas turmas de alfabetização, nas quais existiam crianças na faixa etária de cinco e seis anos, não havia, por parte dos alunos, atitudes discriminatórias evidentes. O que ocorreu, na realidade, foi atitude de solidariedade entre eles: sempre uma criança tentando ajudar a outra. Entretanto,

esse mesmo comportamento não foi observado em todas as mães dos alunos oriundos do ensino regular, pois a maioria dessas mães permanecia na escola em situação de vigilância e proteção, demonstrando preocupação com possíveis agressões a seus filhos.

Quanto aos avanços conquistados na e pela escola com a implantação do processo de inclusão, bem como o nível de conhecimento que possuem os diferentes segmentos sobre o referido processo, observei que, durante todos esses anos de experiência inclusiva, a Escola Odinéa conseguiu conquistar o seu espaço como unidade de ensino integrante do sistema municipal, de fato e de direito, o que anteriormente não ocorria, pois ela recebia tratamento diferenciado das demais escolas municipais e era, quase sempre, excluída das ações que contemplavam as demais escolas do sistema municipal.

No aspecto administrativo, o seu crescimento pode ser equiparado às demais escolas municipais, porque conseguiu assegurar a presença de profissionais habilitados em nível superior para as funções administrativas e técnico-pedagógicas, possibilitando o exercício de uma administração mais democrática e cidadã. Quanto aos aspectos pedagógicos, não resta dúvida de que os avanços foram acentuados. A elaboração do Projeto Político Pedagógico contribuiu para a efetivação de inúmeras mudanças tanto na ação docente, quanto nas alterações curriculares. O trabalho cooperativo e participativo estimulou, ainda mais, o interesse dos profissionais que atuam na unidade de ensino, para a realização de um trabalho de qualidade o que imprimiu à escola uma característica especial de respeito e credibilidade por parte de todos os seus segmentos e da própria comunidade. Entretanto, não conseguiu avançar em pontos cruciais como a acessibilidade (as dependências físicas da escola continuam inadequadas para o atendimento, principalmente de cadeirantes e cegos) e investimento na capacitação e valorização do professor. Apesar de existir um programa de formação continuada, ele está muito aquém das necessidades da escola e o processo de troca contínua de professores que atuam na escola inviabiliza a seqüência de um trabalho mais sólido e eficiente, além de acarretar muita insegurança e medo nas pessoas que desempenham suas atividades, sobretudo com alunos especiais, que sempre são as maiores vítimas desses remanejamentos.

O município de Tucuruí paga, desde 1992, aos professores que trabalham com alunos especiais uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre o

salário base, o que muitas vezes serve tanto de incentivo como de punição na ocasião das trocas/transferências de unidade escolar. No mês de maio de 2010, a escola viveu um clima de conflito com a retirada da gratificação e a transferência de alguns profissionais que reclamaram dessa atitude. Essas posições contribuem para que o trabalho pedagógico, desenvolvido na e pela escola, se torne, muitas vezes, fragilizado embora intenso.

Quanto ao nível de conhecimento dos diferentes segmentos sobre o processo de inclusão, foi surpreendente perceber que a maioria dos alunos e pais não vislumbrou e nem soube conceituar o processo de inclusão. Para eles, a diferença do trabalho desenvolvido na escola está relacionada à forma de atendimento e à composição da clientela (alunos especiais e alunos do ensino regular), porém não conseguiram fazer nenhuma associação ao processo de inclusão. Algumas mães chegaram a perguntar se o processo de inclusão tinha alguma coisa a ver com os alunos especiais estarem estudando junto com os alunos do ensino regular.

O que ficou claro em minhas observações é que a escola não está preocupada com o esclarecimento do termo inclusão ou processo de inclusão, desenvolvendo o seu trabalho sem fazer associação ao processo. Tanto a administração quanto o assessoramento pedagógico ao abordar o assunto utilizam sempre os termos: educação para todos, escola para todos, aceitação do diferente e da diferença, compromisso com uma educação de qualidade para todos, direito de todos à educação de qualidade, etc. Raramente nas reuniões com pais e alunos o termo inclusão é abordado. Em conversa com a direção da escola, fui informada de que essa atitude é intencional e objetiva desmistificar a idéia de que o processo de inclusão foi implantado para solucionar o problema dos alunos com necessidades educacionais especiais não aceitos no ensino regular.

Na opinião das pessoas que desempenham suas atividades na escola, inclusive a maioria dos professores, a utilização do termo *educação para todos* ou *escola aberta* para o atendimento de todos os alunos, independente de suas dificuldades e facilidades, torna o trabalho menos discriminativo, pois imprime a idéia de educação como um direito de todo e qualquer cidadão. Nas reuniões pedagógicas, o assunto é abordado com mais frequência devido ao fato de os professores que trabalham na escola possuírem leituras sobre o processo e estarem sempre discutindo assuntos referentes às legislações, adaptações, alternativas de ação docente, ao currículo, relacionamento, à prática pedagógica, entre outros. Na

visão dos professores, a atitude da escola é correta, para eles quanto mais se falar em inclusão, mais a atenção das pessoas vai se voltar para as deficiências, havendo com isso uma desconsideração das potencialidades desses alunos, ao passo que, se for intensificado o trabalho educativo como direito de todos e a percepção da escola como agência facilitadora do processo de construção da cidadania e de promoção de uma educação de qualidade, é mais fácil a aceitação de todos no processo educativo.

Concordo em parte com essa visão, pois pela experiência vivenciada na escola e observando a execução dos projetos desenvolvidos, percebi a intensidade com que são trabalhados os valores humanos em cada ação desenvolvida, o que facilita o relacionamento e o nível de aceitação do outro com suas diferenças e divergências. Entretanto, acredito que não podemos ignorar ou deixar de abordar um assunto que se tornou evidente em todos os meios de comunicação. Considero que não se deve intensificar o problema, porém não podemos ignorar que ele existe e precisa ser superado. Para tanto, seria importante fazer uma analogia do trabalho desenvolvido na e pela escola, para se atingir uma educação de qualidade para todos, com o processo de inclusão que preceitua exatamente isso.

A análise das questões que nortearam este estudo, cujo foco principal foi a transformação da escola de educação especial em escola de educação inclusiva, possibilitou-me chegar às seguintes conclusões:

Os motivos que instigaram essa transformação, conforme já foi abordado anteriormente, foram as inúmeras tentativas, sem sucesso, de reconduzir o aluno do ensino especial para o ensino regular depois de superadas as suas dificuldades, ou ainda, a obtenção de matrícula no ensino regular, de alunos do ensino especial que, pelo parecer dos professores, poderiam participar do processo de aprendizagem com ou sem suporte pedagógico. Para que a mudança ocorresse, foram tomadas algumas precauções de modo a evitar um processo de rejeição interno na escola. Para isso, a opção mais viável foi receber duas turmas de alfabetização, composta por alunos entre cinco e seis anos de idade, moradores na circunvizinhança da escola, oriundos de uma escola de educação infantil e cujos pais aceitassem participar da experiência. Mesmo com todos esses cuidados, algumas mães ainda permaneciam com a idéia de que deficiência é doença e pode contaminar outras crianças. Por isso, foi preciso um trabalho sistemático de informações, reuniões, orientações e a convivência diária na escola para que

alguns pais reconhecessem o trabalho da escola e aceitassem melhor o relacionamento entre os alunos especiais e os oriundos do ensino regular. Entre as crianças, porém, raramente esse tipo de rejeição ocorria. O nível de aceitação de uma criança com a outra era natural sem que houvesse nenhum tipo de reação que caracterizasse a invasão de privacidade de uma ou outra criança. Os alunos da educação especial demonstravam satisfação com a chegada de novos coleguinhas na escola e as crianças de educação infantil demonstravam prazer em explorar o novo espaço escolar e a convivência com os novos alunos.

A reação dos profissionais que desempenhavam suas atividades nas outras escolas da rede municipal de educação foi a de não se envolver ou se informar sobre as mudanças ocorridas. Ficaram indiferentes, pois a mudança, naquele momento, não atingiu as escolas do ensino regular; talvez eles nem percebessem que esse seria um passo inicial para a inclusão. A escola de educação especial era vista como uma instituição à parte. Vivia uma vida praticamente isolada das ações empreendidas nas demais unidades de ensino, isso fazia com que as coisas que ocorressem na escola especial não preocupassem as demais escolas municipais. Acredito que os profissionais de educação, que atuavam no ensino regular, não vislumbravam a possibilidade de algum dia ter de conviver com um processo educativo que preconiza uma educação de qualidade para todos, nos mesmos ambientes escolares e sem nenhum tipo de discriminação. Isso talvez tenha causado essa indiferença dos professores na época inicial da transformação/mudança.

A implantação do processo de inclusão, no momento em que foi efetivado, não tinha sustentação teórica, pois nessa época, a ação educativa estava sob a égide da integração, pois ainda não se cogitava a inclusão. A ação de incluir se sustentava exclusivamente na premissa de que: se não podemos levar os nossos alunos para o ensino regular, vamos receber os alunos do ensino regular na escola de educação especial, para ver se conseguimos convencer os profissionais, de que é possível desenvolver um trabalho integrado e com qualidade.

Como já especificado no capítulo 4, as ações docentes evidenciadas antes e após o processo de mudança, não sofreram grandes alterações. O trabalho pedagógico continuou com a mesma intensidade só que, com a mudança, os atendimentos específicos passaram a ser mais acentuados e se estenderam também aos alunos oriundos do ensino regular. A dinâmica administrativa e pedagógica da

escola foi redimensionada de modo a atender aos novos alunos que passaram a integrar o quadro discente da unidade de ensino. Novos professores e funcionários foram designados para a escola e esses receberam, por parte dos antigos profissionais, as orientações básicas para o trabalho, alguns por não se adaptarem precisaram ser remanejados, enquanto outros se adequaram tranquilamente ao novo trabalho.

Na conjuntura atual, a escola funciona em prédio próprio, embora necessitando de inúmeras adaptações para o desempenho de suas atividades além de um melhor aproveitamento de seu espaço aberto, com construções de áreas de lazer e quadra de esportes, um sonho acalantado por todos os alunos que estudam na escola. É necessária, também, a reorganização do espaço físico construído o que poderá ser feito com uma reforma geral. Quanto ao currículo, apesar de já ter sido feito todo um estudo para sua adaptação sempre é preciso que seja revisto anualmente levando-se em consideração as ações realizadas no ano anterior e a necessidade de sua clientela. O projeto político pedagógico ainda não conta com todos os segmentos da comunidade escolar como partícipes de sua avaliação e reestruturação o que não o torna democrático. É necessário, portanto, que seja revista essa posição para que o projeto possa, de fato, representar os anseios de toda a comunidade. O nível de relacionamento existente na escola é considerado, pelos diferentes segmentos, como muito bom, embora existam aborrecimentos, discordâncias e discussões. Porém o que foi observado, é que esses fatos são dirimidos imediatamente e o clima de diálogo é evidente na instituição, tanto que as pessoas que desempenham suas atividades na escola não demonstram interesse em mudar de local de trabalho e quando isso ocorre, geralmente, a pessoa transferida não demonstra satisfação no cumprimento da determinação.

A Escola Odinéa, apesar das inúmeras dificuldades para realização de suas ações, consegue concretizar seu trabalho na perspectiva de oferecer uma educação de qualidade para os seus alunos, entretanto, seus servidores têm consciência de que mesmo empreendendo todos os esforços não conseguem caracterizar a escola como inclusiva. Existe uma distância significativa entre o possível, o necessário e o prioritário, todavia essa distância não elimina o espírito de luta e persistência característico de cada profissional que desempenha sua atividade na escola. Essa é, sem dúvida, a escola do possível, a que se solidifica através do compromisso e responsabilidade em busca de uma educação para todos. É a escola que caminha

firmemente construindo o alicerce para a escola do necessário, do prioritário sem perder de vista a noção da realidade e da possibilidade. É a escola que existe e atua de modo reflexivo buscando em cada ação um modo diferenciado e diversificado de fazer e transformar o processo educativo.

A escola encontra-se em um processo gradativo de crescimento e desenvolvimento. A prática da ação inclusiva é efetivada com muito esforço e perseverança da equipe escolar, porém falta mais apoio das autoridades que gerenciam a educação municipal de modo que a semente plantada possa se espalhar nas demais escolas municipais, estaduais e particulares. É importante o apoio de toda a comunidade do município na perspectiva de que se possa, pelo menos em médio prazo, dizer que Tucuruí trabalha, de fato, nas diretrizes estabelecidas para a efetivação do processo de inclusão. Não adianta apenas a Escola Odinéa lutar pela inclusão escolar, essa luta deve e pode ser efetivada por todos os profissionais que são comprometidos com uma educação pública de qualidade para todos.

Enfim, espera-se que a realização desta pesquisa, possa contribuir para que as escolas que permanecem atuando de forma segregada sejam motivadas a abrir-se para experiências inclusivas e viabilizem a expansão de suas ações de modo a atender ao maior número possível de alunos, independente de sua origem escolar (ensino especial/ensino regular). Em educação, como em outros setores da vida, o exemplo é, sem dúvida, um ótimo argumento de convencimento. Nesse sentido, é importante que as escolas de educação especial também acreditem no processo de inclusão e possam demonstrar, com atos, a sua credibilidade. Não podemos querer que o ensino regular receba os alunos especiais em suas unidades de ensino se não somos capazes de receber o aluno do ensino regular nas unidades especiais. A inclusão é como a avaliação: *uma via de mão dupla*. É preciso que todos estejam preparados e acreditando na mudança, do contrário ela será apenas uma utopia a mais.

É importante ressaltar, que o ensino regular não pode ignorar a contribuição que os profissionais que atuam ou atuaram com a educação especial podem oferecer para a implantação do processo de inclusão. As experiências vivenciadas nas escolas de educação especial sempre conduziram o trabalho para uma ação em que a diferença é parte integrante do processo educativo. No trabalho com a educação especial os profissionais aprendem a buscar alternativas diferenciadas

para a ação docente de modo que cada aluno seja trabalhado na sua individualidade sem perder a convivência grupal. Essa experiência vivida no cotidiano do ensino especial pode servir como base de sustentação para o trabalho a ser efetivado na escola inclusiva. É importante que a convivência entre esses profissionais seja operacionalizada para que o processo de inclusão seja uma realidade mais próxima.

Outro enfoque importante que a realização desta pesquisa pode contribuir, é para a elaboração de políticas públicas de inclusão, no sentido de que sejam mais estudadas as formas de implantação do processo para que ele não se torne mais uma imposição legal do que um reconhecimento de direitos. As ações educativas precisam ser mais discutidas nas bases, de modo que reconhecendo as dificuldades possam ser criadas alternativas diferenciadas de trabalho sem a tomada de decisões impositivas e determinantes. O profissional de educação tem consciência de seu papel como facilitador no processo de mudança, entretanto os seus limites esbarram, muitas vezes, em administrações autoritárias, desvalorização profissional, ausência de um programa efetivo de formação continuada, dificuldade de acesso aos diferentes processos de comunicação e, em pleno século XXI, medo de punição pelas autoridades competentes em suas áreas de atuação. Essas constatações, embora pareçam frágeis, representam um peso significativo para a efetivação de qualquer processo de mudança no sistema educacional. As políticas públicas, portanto, devem considerar esses fatores no momento em que forem traçados os planos de ações do processo de inclusão, além de atribuir não apenas às escolas a maior responsabilidade pelo seu sucesso, mas, sobretudo aos dirigentes do próprio sistema educativo que, muitas vezes, contribuem para a inviabilização da oferta de educação para todos.

O desafio está lançado, é necessário, portanto, que todos os segmentos, partícipes das diferentes esferas do governo, façam parte dessa corrente em favor da educação para todos. Não podemos apenas mandar fazer, precisamos dar o primeiro passo, executando a mudança e acompanhar a caminhada sem perder de vista que a vitória é da democracia, da cidadania e da justiça social com quem todo o cidadão deve estar comprometido.